



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Ciências da Educação
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA



ELISETE HERZER MOREIRA

**INDEXAÇÃO NAS BIBLIOTECAS JURÍDICAS DE FLORIANÓPOLIS:
participantes do Grupo de Informação e Documentação Jurídica de Santa
Catarina (GIDJ/SC)**

Florianópolis, 2012

ELISETE HERZER MOREIRA

**INDEXAÇÃO NAS BIBLIOTECAS JURÍDICAS DE FLORIANÓPOLIS:
participantes do Grupo de Informação e Documentação Jurídica de Santa
Catarina (GIDJ/SC)**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, sob orientação da Prof.^a Me. Graziela Martins de Medeiros.

Florianópolis, 2012

Ficha Catalográfica elaborada por Elisete Herzer Moreira, graduanda em Biblioteconomia / UFSC

M835i Moreira, Elisete Herzer.
Indexação nas bibliotecas jurídicas de Florianópolis/SC:
participantes do Grupo de Informação e Documentação Jurídica de
Santa Catarina (GIDJ/SC) / Elisete Herzer Moreira. - 2012.
55 f. : il. ; 30 cm

Orientadora: Prof^a. Me. Graziela Martins de Medeiros
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Biblioteconomia Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
de Ciências da Educação, Florianópolis, 2012.

1. Bibliotecas jurídicas de Florianópolis. 2. Indexação.
3. Indexação em bibliotecas jurídicas. I. Título

CDU 025.4.03

Esta obra é licenciada por uma licença *Creative Commons* de atribuição, de uso não comercial e de compartilhamento pela mesma licença 2.5.



Você pode:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra;
- criar obras derivadas.

Sob as seguintes condições:

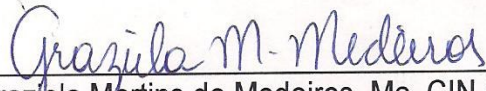
- Atribuição. Você deve dar crédito ao autor original.
- Uso não-comercial. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
- Compartilhamento pela mesma licença. Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, somente poderá distribuir a obra resultante com uma licença idêntica a esta.

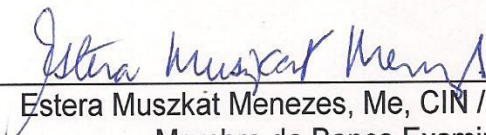
Acadêmica: Elisete Herzer Moreira

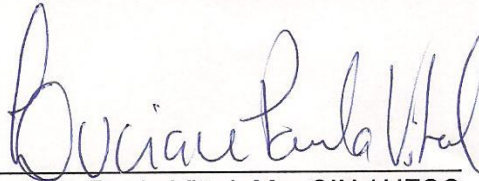
Título: Indexação nas bibliotecas jurídicas de Florianópolis: participantes do Grupo de Informação e Documentação Jurídica de Santa Catarina (GIDJ/SC)

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, aprovado com nota 9,5.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2012.


Graziela Martins de Medeiros, Me, CIN / UFSC
Professora Orientadora


Estera Muszkát Menezes, Me, CIN / UFSC
Membro da Banca Examinadora


Luciane Paula Vittal, Me, CIN / UFSC
Membro da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

À Universidade que me deu a oportunidade de aprender;

Aos professores, pela atenção e dedicação;

À professora Graziela por ter me orientado nessa pesquisa, pela paciência e dedicação;

À professora Estera pela força e pelas palavras de incentivo;

Aos meus pais que me deram coragem para seguir meus sonhos;

À minha filha Caroline que está sempre ao meu lado, em todos os momentos, sempre paciente e atenciosa, com palavras de amor e carinho;

À minha filha Christine pela inspiração, pela força para seguir frente, pelo amor e carinho durante esses anos;

Ao meu neto Miguel, que é a luz que ilumina meus dias;

À minha irmã e amiga Lidia Aparecida que mesmo longe está sempre tão perto, em todos os momentos, sempre com palavras de carinho;

À amiga Delorme pela força e pelas palavras de carinho;

À amiga Rosane por me ouvir nas horas de desespero e pela força e esteve sempre ao meu lado durante a graduação;

À minha amiga Bruna Hailer, que caminhou ao meu lado durante a graduação;

A todos os colegas de graduação, que fizeram parte desta caminhada;

A todos meu muito obrigada.

***“Grande coisa é haver recebido do céu uma partícula da sabedoria,
o dom de achar as relações das coisas,
a faculdade de as comparar e o talento de concluir!”
Machado de Assis***

MOREIRA, Elisete Herzer. **Indexação nas bibliotecas jurídicas de Florianópolis:** participantes do grupo de informação e documentação jurídica de Santa Catarina (GIDJ/SC). Florianópolis, 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RESUMO

Pesquisa exploratória e descritiva sobre a indexação em bibliotecas jurídicas de Florianópolis/SC. Objetiva investigar como está sendo realizada a indexação nessas bibliotecas; verificar se as bibliotecas jurídicas de Florianópolis possuem política de indexação e os elementos contidos na mesma; verificar se utilizam vocabulário controlado na indexação dos documentos; verificar quais os princípios e procedimentos de indexação são utilizados nas bibliotecas jurídicas. A abordagem da pesquisa caracterizou-se como qualitativa e o instrumento de coleta de dados foi o questionário. Com as respostas obtidas na aplicação do questionário foi possível identificar os princípios e procedimentos adotados nas bibliotecas jurídicas de Florianópolis no processo de indexação. As respostas foram representadas por gráficos, organizadas em quadros e tabelas, analisadas e descritas para responder a questão que norteou a pesquisa. Os objetivos da pesquisa foram alcançados. A análise conclui que 54,85% das bibliotecas participantes da pesquisa possuem a política de indexação. Quanto aos itens contidos na política, nem todos são contemplados nas bibliotecas participantes da análise. Com relação ao vocabulário controlado, 92,30% das bibliotecas que participaram da pesquisa utilizam vocabulário controlado, apenas uma biblioteca informou não utilizar. Conclui que os princípios e procedimentos de indexação, de maneira geral, estão adequadamente definidos nas bibliotecas jurídicas de Florianópolis/SC.

Palavras-chave: Bibliotecas jurídicas de Florianópolis - GIDJ/SC. Indexação. Indexação em bibliotecas jurídicas.

MOREIRA, Elisete Herzer. **Indexação nas bibliotecas jurídicas de Florianópolis:** participantes do grupo de informação e documentação jurídica de Santa Catarina (GIDJ/SC). Florianópolis, 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

ABSTRACT

Exploratory and descriptive research about the indexing of law libraries in Florianópolis/SC. Aims to investigate how the indexing is being held in these libraries; verify that the law libraries of Florianópolis have indexing policy and elements contained therein; verify using controlled vocabulary indexing of documents in law libraries; see what the principles and procedures of indexing are used in law libraries. The research approach was characterized as qualitative and data collection instrument was a questionnaire. With the responses on the questionnaire were able to identify the principles and procedures used in law libraries of Florianópolis in the indexing process. Responses were represented by graphs, charts and tables organized, analyzed and described to answer the question that guided the research. The research objectives were achieved. The analysis concludes that 54.85% of the libraries participating in the research have the indexing policy. As for the items contained in the policy are not all included in the libraries participating in the analysis. With respect to the controlled vocabulary, 92.30% of the libraries in the survey using controlled vocabulary, only one library reported not using. It concludes that the principles and procedures of indexing are generally, are properly defined in law libraries of Florianópolis / SC.

Keywords: Legal Libraries of Florianópolis - GIDJ/SC. Indexing. Indexing in law libraries.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual das bibliotecas jurídicas que possuem e não possuem política de indexação.....	25
Gráfico 2 – Utiliza vocabulário controlado.....	29
Gráfico 3 – Vocabulário controlado.....	31

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – Elementos da política de indexação.....	26-27
Tabela 2 – Princípios e procedimentos de indexação.....	28
Quadro 1 – Qual vocabulário controlado utiliza.....	30
Quadro 2 – Como são registrados os procedimentos de indexação na biblioteca.....	31-32
Quadro 3 – Comentário sobre indexação em bibliotecas jurídicas.....	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	12
2.1 Objetivo geral	12
2.2 Objetivos específicos	12
3 REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1 Organização da informação	13
3.2 Indexação	14
3.2.1 Políticas de indexação.....	17
3.2.2 Indexação em bibliotecas jurídicas.....	18
3.3 Biblioteca jurídica	20
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
4.1 Tipo de pesquisa	22
4.2 População e amostra	22
4.3 Coleta e análise de dados	23
5 RESULTADOS	25
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE A – Carta de apresentação	40
APÊNDICE B – Questionário	41
ANEXO A – Questionários respondidos	42

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas são unidades de informação gerenciadas por bibliotecários, os quais organizam e tratam as informações para serem disseminadas de forma organizada e selecionada a seus usuários. As bibliotecas exercem papel fundamental na sociedade, independente do contexto que estão inseridas, seja ela uma biblioteca pública, universitária, escolar ou especializada.

As bibliotecas especializadas geralmente estão inseridas dentro de uma organização, como empresas públicas ou privadas ou dentro de universidades (CAMPELLO; CALDEIRA, 2008). Os usuários que frequentam a biblioteca especializada buscam informações específicas na área em que atuam, seja para a área profissional ou para estudos específicos. Neste contexto, estão as bibliotecas jurídicas.

As bibliotecas jurídicas são especializadas na área do direito e estão em geral localizadas em universidades, órgãos públicos do poder judiciário, departamentos jurídicos de empresas, escritórios de advocacia e associações. Atendem a um público direcionado, que busca informações específicas e atualizadas da área do direito (SILVA; ROLIM, 2009).

Os usuários das bibliotecas jurídicas são geralmente advogados, estudantes de direito, juízes, promotores e pessoas que fazem parte da organização e buscam informações da área que atuam (SILVA; ROLIM, 2009). As informações para esses usuários são organizadas e tratadas por profissionais bibliotecários capacitados.

Os bibliotecários que atuam em bibliotecas jurídicas devem ser profissionais com conhecimentos específicos na área. É recomendável que sejam preparados para organizar e tratar as informações de forma que o usuário as recupere facilmente e satisfaça suas necessidades informacionais. O bibliotecário jurídico, principalmente o bibliotecário indexador, precisa ter conhecimento do vocabulário utilizado na área jurídica, para que a indexação seja realizada de forma satisfatória e com qualidade.

A indexação é uma das etapas da organização da informação na qual o indexador faz uma análise do assunto a ser indexado, identifica os termos e, a partir do vocabulário controlado, utiliza as palavras-chave mais relevantes, para que o documento possa ser recuperado.

Devido à relevância da indexação e à especificidade dos documentos da área jurídica, surge a necessidade de verificar como esse processo é realizado nas bibliotecas jurídicas. Além disso, existem poucos trabalhos sobre esse tipo de indexação na área da Ciência da Informação. Por esta razão, a pergunta que norteou a pesquisa foi: Como é realizada a indexação nas bibliotecas jurídicas de Florianópolis?

A pesquisa proposta é uma contribuição para a área da Ciência da Informação, mais precisamente para estudantes, pesquisadores e profissionais de Biblioteconomia, os quais terão conhecimento dos processos realizados na representação da informação e na indexação de documentos jurídicos.

A pesquisa foi realizada em 15 (quinze) bibliotecas jurídicas de Florianópolis, sendo 13 bibliotecas de órgãos públicos, a biblioteca da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Por meio das respostas obtidas com a aplicação do questionário apresentou-se um panorama da indexação na área jurídica da referida cidade. Os objetivos, métodos, resultados, considerações finais, referências, apêndices e anexos são apresentados a seguir.

2 OBJETIVOS

Os objetivos que nortearam a pesquisa estão divididos em geral e específicos.

2.1 Objetivo geral

Investigar como está sendo realizada a indexação nas bibliotecas jurídicas de Florianópolis/SC.

2.2 Objetivos específicos

- a) verificar se as bibliotecas jurídicas de Florianópolis possuem política de indexação e os elementos contidos na mesma;
- b) verificar se as bibliotecas utilizam vocabulário controlado na indexação dos documentos nas bibliotecas jurídicas;
- c) verificar quais os princípios e procedimentos de indexação são utilizados nas bibliotecas jurídicas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Essa etapa refere-se à fundamentação teórica da pesquisa. Nessa etapa, o conteúdo apresentado pelos autores da área estudada foi utilizado como base para o desenvolvimento da pesquisa. A seção está dividida em: 3.1 organização da informação, 3.2 indexação, 3.2.1 políticas de indexação, 3.2.2 indexação em bibliotecas jurídicas e 3.3 bibliotecas jurídicas.

3.1 Organização da informação

A organização da informação é fundamental no processo de recuperação da informação e também para possibilitar seu acesso. Fazem parte do processo de organização da informação a catalogação, a classificação e a indexação. Esses processos são realizados por etapas específicas, realizadas de acordo com regras, normas e políticas adotadas pela instituição. De acordo com Dias (2001, p. 5),

nos sistemas de informação e de recuperação da informação, o tratamento da informação é definido com a função de descrever os documentos, tanto do ponto de vista físico (características físicas dos documentos) quanto do ponto de vista temático (descrição do conteúdo). Essa atividade resulta na produção de representações documentais (fichas de catálogo, referências bibliográficas, resumos, termos de indexação etc).

Estas representações temáticas, destacadas pelo autor, se referem à representação da informação e estão na mesma linha de pensamento de Brascher e Café (2008), quando afirmam que a organização da informação é um processo que envolve a descrição física e o conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos que representam os atributos de um objeto informacional específico.

A preocupação com a organização da informação não é recente, mas adquiriu ênfase na Ciência da Informação, com o aumento de informação em circulação e pela diversidade de suportes disponíveis para seu registro e, em especial, devido ao desenvolvimento das tecnologias da informação (NAVES; KURAMOTO, 2006).

Ao longo dos anos foram surgindo novos tipos de documentos e novos desafios na organização da informação, com isso o profissional da informação é levado a refinar os conceitos básicos para a variedade de tipologias: bibliotecas públicas, bibliotecas escolares, bibliotecas especializadas, bibliotecas nacionais etc. As atividades de geração e comunicação da informação foram ficando cada vez mais complexas e foram surgindo outros tipos de unidades de informação, a biblioteca especializada, centros de documentação, centros de análise de informação, sistemas especialistas, índices e abstracts, sistemas de disseminação seletiva da informação (DIAS, 2001).

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, as bibliotecas, responsáveis por disponibilizar a informação, passaram também por mudanças na incorporação do uso das tecnologias de informação e comunicação, no processo de gestão e na formação de seu acervo.

Uma das definições importantes, no âmbito dessas mudanças é a diferença entre Organização da Informação e Representação da Informação. A organização da informação é um processo que passa por várias etapas e tem como produto a representação da informação. Brascher e Café (2008, p. 5), afirmam que, “alguns tipos de representação da informação são construídos por meio de linguagens elaboradas especificamente para os objetivos da OI (Organização da Informação)”.

A indexação pode ser entendida como um processo de Organização da Informação, que gera como produto as palavras-chave (Representação da Informação). Esse processo é enfatizado a seguir.

3.2 Indexação

A indexação é uma etapa fundamental no sistema de recuperação de informação, pois nesta fase do processo que são delimitados os assuntos a serem indexados, adotando-se os termos mais relevantes. Assim, essa etapa precisa ser realizada de forma adequada para uma melhor recuperação da informação pelo usuário. Diante da importância desse processo, cabe verificar na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação as principais definições, conceitos e procedimentos que envolvem a indexação.

Conforme descrito na ABNT 12676 (1992, p.2) indexação “é o ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos

dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação.” Em conformidade com a ABNT, Guinchat e Menou (1994, p. 175) definem a indexação como “a operação pela qual escolhe-se os termos mais apropriados para descrever o conteúdo de um documento”. Na mesma linha de pensamento Lancaster (2004, p.1), destaca que “[...] os processos de indexação identificam o assunto de que trata o documento”.

Segundo Naves e Kuramoto (2006, p. 104) “a indexação é o processo intelectual que envolve atividades cognitivas na compreensão do texto e a composição da representação do documento”. Corroborando com esses autores, Duarte (2007, p. 2) complementa que:

a indexação enquanto um processo de análise documentária, definido como ato de descrição ou identificação em um documento de termos de seu conteúdo temático, ou seja, consiste na representação dos documentos por meio de termos (descritores ou palavras-chave) extraídos tanto do texto original quanto dos termos escolhidos através de uma linguagem de informação ou indexação.

Na mesma linha de pensamento dos autores acima citados, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 193), definem indexação “como representação do conteúdo temático de um documento por meio de elementos de uma linguagem documentária ou termos extraídos do próprio documento (palavras-chave, frases-chave)”.

Quanto aos objetivos da indexação Café (2010, p. 37) destaca que “podem ser resumidos da seguinte forma: orientar o usuário sobre o conteúdo intelectual e a localização dos documentos; ser o elo de ligação entre usuário e a informação; auxiliar a recuperação entre usuário e a informação”. Já Boccato e Fujita (2010, p. 33) destacam que “o contexto sociocognitivo é um elemento a ser considerado no desenvolvimento do processo de indexação a partir da leitura documentária, visando à análise e à representação da informação, condizentes com as necessidades de busca do usuário.” Café (2010, p. 37) completa que “[...] a indexação cumpre o papel de registrar todos ou quase todos os assuntos específicos. [...] A indexação gera como produto uma lista de palavras-chave que, ao serem agrupadas, formam os índices de assunto”.

Na ABNT 12676 (1992, p. 2), o processo de indexação é dividido em três estágios: “o exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo; identificação dos conceitos presentes no assunto e a tradução destes conceitos nos

termos de uma linguagem de indexação”. Naves e Kuramoto (2006, p. 104) destacam também essas três etapas da indexação: “análise do documento e estabelecimento do seu assunto, identificação dos principais conceitos do documento e tradução destes conceitos em termos de linguagem de indexação.”

Considerando a função de cada uma das etapas da indexação, é possível afirmar que uma das etapas consideradas mais importantes do trabalho do indexador é a Análise de assunto, que tem como objetivo identificar e selecionar os conceitos que representam a essência de um documento. A indexação diz respeito à identificação do conteúdo do documento, por meio do processo de análise de assunto, e à sua representação através de conceitos, que por sua vez, serão representados ou traduzidos em termos advindos de uma linguagem documentária. (FUJITA, 2003; FUJITA; RUBI, 2010).

Assim, nota-se que a análise de assunto é considerada uma das etapas mais relevantes da indexação, pois é nesta etapa que são identificados os principais conceitos dos documentos a serem indexados. Neste contexto, Café (2010), destaca os princípios orientadores para a realização da indexação: o primeiro é o princípio da exaustividade, em que o bibliotecário deve representar todos os assuntos do documento. O segundo diz respeito à especificidade, isto é, os assuntos devem ser descritos o mais especificamente possível.

Lancaster (2004), afirma que a indexação exaustiva implica no emprego de um número de termos suficiente para abranger o conteúdo temático do documento de modo bastante completo, por outro lado, a indexação seletiva, implica no emprego de uma quantidade menor de termos, abrange somente o conteúdo temático principal do documento. Quanto mais assuntos forem incluídos mais exaustiva será a indexação, quanto menos assuntos forem incluídos mais seletiva será a indexação.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 194) destacam dois tipos de indexação a controlada e a livre. A indexação controlada é definida como a “indexação que emprega termos selecionados de uma lista predeterminada, ou seja, emprega uma linguagem controlada”. Na indexação livre são inseridos termos de indexação que não decorrem de lista obrigatória e nem de palavras ou frases contidas no texto. Os termos são indicados pelo indexador, pelo fato de considerá-los mais apropriados à representação temática do documento (CUNHA; CAVALCANTI, 2008)

Assim, para a indexação livre é utilizada a linguagem natural a qual depende da análise feita pelo indexador. A indexação controlada por outro lado, utiliza a linguagem controlada, como um vocabulário controlado ou um tesouro, que padronizam os termos utilizados. Outro aspecto que auxilia o processo de indexação são as políticas de indexação, enfatizadas a seguir.

3.2.1 Políticas de indexação

As políticas de indexação são fundamentais na orientação da indexação nas unidades de informação. Lancaster (2004), destaca que a política de indexação é um dos fatores que influem no desempenho de um sistema de recuperação da informação e que é diretamente atribuível à indexação.

Segundo Nunes (2004, p. 55), “política de Indexação é uma diretriz que explicita as escolhas técnicas, que a biblioteca faz (e os bibliotecários precisam observar em suas rotinas), considerando fundamentalmente duas variáveis: o seu usuário e o seu acervo.”

Fujita e Rubi (2006, p. 49) destacam que “a política de indexação dentro de um sistema de informação deve ser entendida como uma filosofia pertinente aos objetivos de recuperação da informação e não somente como uma lista de procedimentos a serem seguidos durante a realização da indexação”.

A política de indexação é capaz de refletir os objetivos de ambas as partes, ampliando o olhar para além da realização de procedimentos técnicos durante o processo de indexação, dentro de um sistema de recuperação da informação. O tratamento dos conteúdos informacionais recebe destaque quando determinado por políticas de indexação (LOUSADA et al, 2011). A política de indexação estabelece critérios e princípios que orientam o bibliotecário nas decisões tomadas no processo de indexação, o que garante precisão na recuperação da informação.

Assim, é necessário que as bibliotecas percebam a importância da indexação e as considerem como parte da administração. A indexação necessita de parâmetros para guiar os indexadores na tomada de decisões, reduzindo as incertezas durante o processo de indexação, e assim reconhecendo a importância de adotar uma política de indexação. (FUJITA; RUBI, 2006).

Frente às novas transformações que as unidades informacionais vêm enfrentando, torna-se indispensável a criação de políticas que apresentem diretrizes

para o processamento do grande volume de informações geradas. Uma política de indexação vai além de um procedimento técnico que estabelece parâmetros para a execução da indexação propriamente dita. Devemos ressaltar que a política de indexação não deve ser vista como uma lista de procedimentos a serem seguidos, e sim uma filosofia que reflete os interesses e objetivos da biblioteca (LOUSADA et al, 2011).

A política de indexação deve ser elaborada formalmente como um documento oficial da biblioteca, que deve ser homologado pela direção, isso assegura sua permanência, continuidade, mesmo que haja substituição do bibliotecário responsável por sua aplicação rotineira. A política de indexação necessariamente será atualizada conforme se alterem as condições institucionais e conforme a evolução do conhecimento humano, processo que afeta a linguagem natural e as linguagens documentárias. Estes fatores fazem da política de indexação um instrumento dinâmico, em permanente atualização (NUNES, 2004).

A política de indexação conforme destacam os autores citados não deve ser vista apenas como regras a serem seguidas, mas como uma filosofia que reflete os objetivos da instituição. Nessa política estão descritas as atividades da organização servindo como guia para o bibliotecário na execução de suas tarefas. Nas bibliotecas jurídicas não é diferente, a política de indexação deve ser seguida na orientação da indexação da documentação jurídica, assunto destacado a seguir.

3.2.2 Indexação em bibliotecas jurídicas

A área jurídica é a área especializada em direito, e seus materiais são disponibilizados de forma organizada para serem recuperados com facilidade pelos usuários. É recomendável que o profissional bibliotecário que organiza este material, seja especializado na área jurídica, conheça e compreenda os conceitos e o vocabulário jurídico para executar a indexação de forma adequada. Conforme destaca Atienza (1979, p.132):

o bibliotecário jurídico deve possuir qualificações dentro da área do direito ou então uma grande experiência do trabalho, fazendo-o em colaboração com pessoas que tenham formação jurídica. Entretanto, só o conhecimento não basta, é preciso uma certa habilidade, sempre que quiser definir e indicar os diferentes aspectos de um assunto.

Em conformidade com Atienza (1979), Silva e Rolim (2009, p. 30), destacam que, “cada fonte de informação jurídica possui características que atendem a uma superestrutura particular, sendo indispensável que o bibliotecário tenha conhecimento da linguagem da área do Direito, também, domine a estrutura textual dos documentos jurídicos”. É recomendável ao bibliotecário jurídico conhecimento em direito e domínio da estrutura dos documentos jurídicos para identificar com facilidade a necessidade de informação do usuário. E, nesse contexto, Silva (2010, p. 25), destaca que “a maioria dos bibliotecários jurídicos não possui especialização na área do direito, então ele deverá presumir quais procedimentos o usuário utilizará para buscar determinada informação, como procuraria tal assunto e quais conceitos ele utilizaria na busca”.

Assim, a atualização do bibliotecário jurídico e o conhecimento na área é essencial para seu desenvolvimento. Trabalhar em conjunto com profissionais da área jurídica também é fundamental para executar suas atividades com eficiência, para assim atender seu usuário de forma satisfatória. Silva e Rolim (2009, p. 27) destacam ainda que:

as fontes de informação jurídica estão presentes na vida diária da comunidade jurídica em geral, sejam advogados, estagiários, magistrados, dentre outros profissionais. Deste modo, é de suma importância que os bibliotecários jurídicos realizem com precisão a organização e indexação dos livros, artigos de periódicos, pareceres jurídicos, atos normativos e decisões judiciais para a posterior recuperação dos seus usuários.

Os profissionais da área jurídica buscam informações atualizadas e essas informações devem ser organizadas e indexadas com precisão para melhor recuperação pelo usuário. De acordo com Atienza (1979, p. 132) “para uma indexação precisa deve-se ter em mente que ela não é um processo mecânico e que para atingir sua finalidade, requer reflexão e ponderação em todas as fases de seu desenvolvimento”. A autora destaca também que, para a elaboração de um serviço de indexação de atos jurídicos deve-se seguir alguns princípios gerais, como: definição das finalidades ou objetivos do serviço, objetividade, totalidade dentro dos objetivos, uniformidade e coerência, registros de decisões tomadas e uso de fichas e quadros explicativo (ATIENZA, 1979).

As habilidades básicas necessárias para os bibliotecários jurídicos organizarem e indexarem as fontes de informação jurídica relacionam-se com

questões técnicas, tais como: adquirir conhecimento prévio da área, conhecer a terminologia jurídica e dominar a estrutura textual dos textos legais (SILVA; ROLIM, 2009).

Os autores citados concordam que o bibliotecário da área jurídica precisa ter conhecimento da área, da linguagem utilizada na documentação jurídica e educação continuada, para atuar nas bibliotecas jurídicas em destaque a seguir.

3.3 Biblioteca jurídica

As bibliotecas são fundamentais no contexto educacional e social. Existem vários tipos de bibliotecas e cada biblioteca atende a um determinado público. E, entre os vários tipos de bibliotecas encontra-se a biblioteca especializada definida por Cunha e Cavalcanti (2008, p.51) como: “Biblioteca organizada sobre disciplinas ou área específicas do conhecimento, organizada para certas categorias de usuários [...]”.

As bibliotecas especializadas são diferentes de outras bibliotecas devido à sua estrutura orientada ao assunto. Estão inseridas em organizações nas quais os objetivos são específicos. Os usuários são pessoas associadas às organizações mantenedoras, as quais têm interesses e habilidades específicas (FIGUEIREDO, 1996). Na mesma linha de pensamento Campello e Caldeira (2008) destacam que a biblioteca especializada está vinculada a uma instituição, pública ou privada e se destina prioritariamente ao atendimento de usuários formados por especialistas.

As bibliotecas especializadas oferecem bons serviços a seus usuários além dos livros, periódicos, bases de dados e outros materiais e atendimento especializado, conforme complementam Campello e Caldeira (2008, p. 110), as bibliotecas especializadas.

costumam ser de boa qualidade, com serviço eficiente e bom atendimento. Podem estar abertas ao público externo, mas apenas para consulta no recinto. Constituem, quando abertas a usuários externos, uma excelente opção para realização de pesquisas bibliográficas especializadas, em virtude de suas coleções de referência, inclusive bases de dados. Ademais, seus bibliotecários são profissionais que detêm bom conhecimento da terminologia e das questões da área de assuntos abrangida pela biblioteca, o que assegura uma melhor qualidade de atendimento.

Nessas bibliotecas, as informações são organizadas e atualizadas com frequência. As informações são rápidas e há necessidade de acompanhamento diário do profissional bibliotecário para manter as informações sempre atualizadas a seus usuários.

E nesse contexto destacam-se as bibliotecas jurídicas as quais estão inseridas na área jurídica, possuem materiais e serviços especializados da área do direito e atendem a usuários que buscam informações específicas da área. No caso dessa pesquisa o foco será as bibliotecas jurídicas de Florianópolis, que também refletem a estrutura desse tipo de instituição.

De acordo com Baptista et al (2008, p. 152) “a Bibliografia Brasileira de Direito (BBD) tem arrolado quase 150 mil referências bibliográficas de livros, artigos de periódicos e de jornais.” E esse acervo na biblioteca jurídica está organizado em várias fontes de informação, como papel, digital, documentos eletrônicos em base de dados. As autoras destacam ainda que “é inquestionável que o bibliotecário que trabalha nessa área necessita de habilidades e conhecimentos específicos” (2008, p. 153).

Em conformidade com as autoras acima citadas Silva e Rolim (2009, p. 29) destacam que “na atuação operacional do bibliotecário jurídico, as fontes legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais são as mais relevantes e produzem a chamada documentação jurídica, estando presente na maioria dos “acervos” jurídicos”. O acervo jurídico é organizado de forma especial e é indicado que o profissional responsável pela organização seja conhecedor de toda a documentação que compõe o acervo.

A partir do exposto nota-se que é recomendável ao profissional bibliotecário atuante nessa área, tenha conhecimentos específicos e educação continuada como destacam Baptista et al (2008, p. 159), “ a área jurídica, assim como outra, necessita de profissionais preparados, ativos e tecnologicamente aptos, para atuar como facilitadores entre os repositórios de informação e os usuários”.

Assim, os documentos que compõe o acervo jurídico são disponibilizados a seus usuários em diversos suportes e seus conteúdos estão sempre ligados, diretamente ou indiretamente à área jurídica.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa etapa refere-se à metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa. A seção está dividida em: 4.1 tipo de pesquisa, 4.2 população e amostra, 4.3 coleta e análise de dados.

Com base nos objetivos delineados nesse estudo, os procedimentos metodológicos serviram de base para a realização da pesquisa proposta.

4.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, que busca a exploração e descrição da indexação nas bibliotecas jurídicas de Florianópolis. Segundo Gil (2007, p. 41), a pesquisa exploratória “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Essas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias [...]” As pesquisas descritivas, de acordo com Gil (2007, p. 42) “têm por objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecimento de relações entre variáveis”.

A abordagem da pesquisa caracterizou-se como qualitativa, que segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 126) “é baseada na presença ou ausência de qualidade ou característica”. Barbeta (2008, p. 30), explica que “quando os possíveis resultados de uma variável são números de uma certa escala, dizemos que está variável e quantitativa, quando os possíveis resultados são atributos ou qualidades, a variável é dita qualitativa”. Nesse sentido a pesquisa é caracterizada como qualitativa, que teve por objetivo descrever sobre a indexação nas bibliotecas jurídicas que fizeram parte da pesquisa.

4.2 População e amostra

A população da pesquisa é as bibliotecas jurídicas. A amostra é constituída por bibliotecas jurídicas de Florianópolis/SC. Para a seleção das bibliotecas, realizou-se uma pesquisa no site da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB), no qual foi encontrada a página do Grupo de Informação e Documentação Jurídica de Santa Catarina (GIDJ/SC).

Fazem parte desse grupo 15 bibliotecas jurídicas de Florianópolis. A amostra foi constituída por todas as bibliotecas que fazem parte desse grupo, por ser o mesmo especializado no tema e pelo fato de todas possuírem características similares, o que favorece a homogeneidade e a aplicabilidade da pesquisa.

4.3 Coleta e análise de dados

Para a coleta de dados, foi utilizado como instrumento o questionário. Segundo Gil (2007, p. 114), “por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”. Para Marconi e Lakatos (2007, p. 88), “questionário é um instrumento de coletas de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.”

Foi utilizado o questionário por apresentar algumas vantagens. De acordo com Gil (2007, p. 115), “pode-se verificar que o questionário constitui-se o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato”. Marconi e Lakatos (2007, p. 89), destacam outras vantagens com relação ao questionário, tais sejam: “economia de tempo, atinge maior número de pessoas simultaneamente, respostas mais rápidas, maior liberdade nas respostas, mais segurança, menos riscos de distorção, mais tempo para responder”. Com base no exposto, verifica-se que o questionário foi o instrumento mais adequado para esta pesquisa, tendo em vista os objetivos propostos.

Foi aplicado o pré-teste do questionário a uma biblioteca que faz parte da pesquisa, para verificar possíveis falhas e dificuldades de compreensão do conteúdo. Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 90-91) “o pré-teste serve também para verificar se o questionário apresenta três importantes elementos: fidedignidade; validade e operatividade. Permite também a obtenção de uma estimativa sobre futuros resultados”. O questionário foi enviado por e-mail para o responsável pela biblioteca. Com o pré-teste foi possível perceber a necessidade de melhorar uma das questões e assim torná-la mais clara.

Foi enviada uma carta de apresentação (apêndice A) explicando o teor do questionário e convidando o responsável pela biblioteca a participar da pesquisa. O questionário final (apêndice B) foi enviado por e-mail aos responsáveis pela

biblioteca jurídica. A aplicação do questionário ocorreu no período de 23 de outubro a 01 de novembro de 2012.

Os resultados apresentados no tópico seguinte foram descritos com o objetivo de esclarecer e responder a questão que norteia esta pesquisa. Foram utilizados gráficos, quadros e tabelas para comparar as informações obtidas com o questionário, os quais tem respaldo na literatura da área.

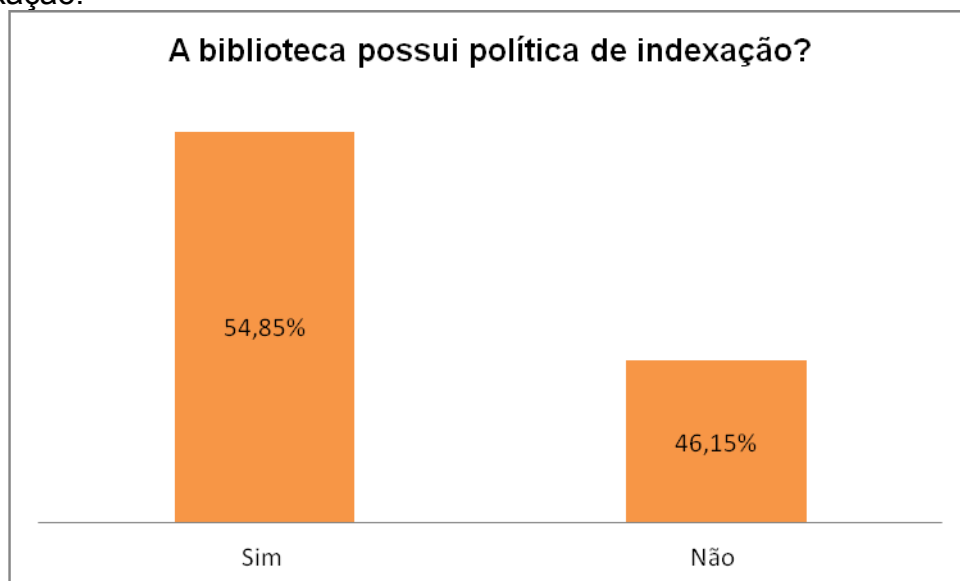
5 RESULTADOS

Essa etapa refere-se aos resultados da pesquisa, organizados de acordo com as questões do questionário. Os questionários respondidos estão no Anexo A e identificados por números, de acordo com a ordem de retorno. Não foram identificadas as bibliotecas para preservar os respondentes.

De um total de 15 bibliotecas jurídicas selecionadas para a pesquisa, 13 responderam o questionário, pois duas bibliotecas de órgãos públicos foram fechadas recentemente.

A primeira questão do questionário buscou verificar se as bibliotecas jurídicas de Florianópolis possuem uma política de indexação. Das 13 bibliotecas que participaram da pesquisa e responderam a esta questão, sete (54,85%) possuem política de indexação, seis (46,15%) não possuem política de indexação, conforme (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Percentual das bibliotecas jurídicas que possuem e não possuem política de indexação.



Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Com a análise do gráfico 1, verifica-se que não há muita diferença entre os percentuais de bibliotecas jurídicas que possuem e que não possuem política de indexação. Assim, o percentual pouco acima de 50% para as bibliotecas com política de indexação, demonstra que mais da metade das bibliotecas estão preocupadas com a padronização da indexação na área jurídica. De acordo com Rubi e Fugita

(2006), a política de indexação é um instrumento essencial para o sucesso da indexação, por ser um guia na tomada de decisões e norteadora de princípios e critérios do processo de indexação. Nesse sentido, Gil Leiva, Rubi e Fujita (2008, p. 240) destacam a importância da política de indexação e afirmam que “uma política de indexação insuficiente ou inexistente pode contribuir para a falta de sistematização dos procedimentos de indexação e das diretrizes a serem seguidas pelos bibliotecários durante a realização da indexação.” Lancaster (2004), afirma que a política de indexação é um dos fatores que influem no desempenho de um sistema de recuperação da informação. Gil Leiva e Fujita (2012, p. 119) consideram:

ser necessário que as bibliotecas percebam a importância da indexação em todo o ciclo documentário, considerando-a como parte da administração, compreendendo que esse processo necessita de parâmetros que guiem os indexadores no momento de tomadas de decisões, minimizando subjetividade e incertezas durante o processo de catalogação de assunto, reconhecendo, portanto, a importância de se implantar uma política de indexação.

Assim, pode-se afirmar que a política de indexação se faz necessária para nortear o processo de indexação e também para guiar o profissional bibliotecário na tomada de decisão nos procedimentos de indexação.

Na questão dois, o respondente deveria apontar quais elementos constam na política de indexação da biblioteca. Assim, responderam a essa questão apenas as bibliotecas que possuem política de indexação, o que totaliza sete unidades de informação. O quantitativo e os percentuais são mostrados na Tabela 1. Constam nessa tabela apenas os elementos contemplados nos questionários respondidos. Os elementos da política de indexação foram organizados em ordem decrescente, iniciando pelo elemento mais apontado pelos respondentes para o menos apontado nos questionários respondidos.

Tabela 1 – Elementos da política de indexação

Elementos da política de indexação	Quantidade	%
Tipo de indexação (livre ou controlada)	07	100
Ordenação dos descritores	04	57,14
Tipo de documentos existentes no acervo	04	57,14

Continua

Continuação da Tabela 1

Linguagem de indexação adotada	03	42,85
Nível de indexação (geral ou específica)	03	42,85
Quantidade de indexadores	01	14,29
Avaliação da indexação	01	14,29
Tipo de usuário	01	14,29

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

A análise da tabela 1 mostra que dentre as bibliotecas jurídicas participantes da pesquisa e que responderam a essa questão, sete (100%) apontaram que “Tipo de indexação” é um dos elementos presentes na sua política.

Os elementos “Ordenação dos descritores” e “Tipo de documentos existentes no acervo” foram apontados por quatro bibliotecas (57,14%), como elementos presentes na política de indexação.

Das bibliotecas jurídicas participantes, três (42,85%) apontaram “Linguagem de indexação adotada” e “Nível de indexação” como elementos constantes em sua política de indexação.

Uma biblioteca jurídica (14,29%) apontou que em sua política consta os elementos “Quantidade de indexadores” e “Tipo de usuário”. E uma outra biblioteca (14,29%) apontou constar em sua política “Avaliação da indexação” .

Com a análise da Tabela 1, verifica-se que as sete bibliotecas jurídicas de Florianópolis que possuem a política de indexação, todas se preocupam com a linguagem utilizada na indexação de seus materiais, pois indicam o tipo de indexação adotada na instituição. Dessa forma, a elaboração da política deve ser esquematizada de forma a cumprir os objetivos a que se propõe.

Nesse sentido, Gil Leiva e Fujita (2012, p. 108), destacam que “a elaboração de uma política de indexação deve ser uma ação desenvolvida no âmbito da administração da biblioteca, representada por uma filosofia que reflita os seus objetivos e que sirva de guia para os bibliotecários”. Com isso, percebe-se a importância da política de indexação e nota-se que as bibliotecas jurídicas de Florianópolis, de forma geral, estão preocupadas com a padronização da indexação em suas unidades.

Na questão três o respondente deveria apontar quais os princípios e procedimentos são utilizados na indexação. Das bibliotecas participantes da

pesquisa, 11 (84,61%), responderam essa questão. Os princípios e procedimentos estão apresentados na tabela 2, na mesma ordem apresentada no questionário.

Tabela 2 – Princípios e procedimentos de indexação

Princípios e procedimentos de indexação	Quantidade	%
Linguagem livre	00	00
Linguagem controlada	11	100
Exaustividade	03	27,27
Especificidade	08	72,72
Termos no plural	00	00
Termos no singular	04	36,36
Termos no plural e singular	07	63,63
Até três descritores	03	27,27
Acima de três descritores	08	72,72
Utiliza sistema	10	90,90
Não utiliza sistema	01	9,09

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Na análise da tabela 2 verifica-se que das 11 bibliotecas jurídicas que responderam a esta questão, 100% utilizam a “linguagem controlada” para a indexação de seus materiais. Quanto ao nível da indexação, três bibliotecas (27,27%) afirmam que utilizam a indexação exaustiva em seus materiais, enquanto oito bibliotecas (72,72%) afirmaram que adotam a especificidade na indexação.

Em relação aos termos no “singular”, “plural” ou “os dois”, das bibliotecas respondentes quatro bibliotecas (36,36%) afirmam que indexam os “Termos no singular”, enquanto sete bibliotecas (63,63%) indexam os “Termos no plural e no singular”.

Em relação à quantidade de descritores utilizados na indexação, três bibliotecas (27,27%) utilizam até três descritores. A maioria, ou seja, oito unidades de informação (72,72%) utilizam acima de três descritores na indexação.

Quanto à utilização de sistema para a indexação, 10 bibliotecas respondentes afirmam que utilizam sistema para a indexação de seus materiais e apenas uma biblioteca (9,09%) não utiliza sistema.

Verifica-se que os princípios e procedimentos de indexação nas bibliotecas jurídicas de Florianópolis são bem definidos. É utilizada a linguagem controlada em todas as bibliotecas, a especificidade é predominante, são utilizados acima de três descritores, a maioria das bibliotecas jurídicas indexa termos tanto no singular como no plural. E, também é predominante o uso de sistema na indexação nas bibliotecas jurídicas de Florianópolis.

A quarta questão o respondente deveria apontar se utiliza vocabulário controlado, respondendo “Sim” ou “Não”. Das 13 bibliotecas que participaram da pesquisa, todas responderam esta questão. O resultado está representado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Utiliza vocabulário controlado



Fonte: Dados da pesquisa (2012)

A análise do Gráfico 2 mostra que 12 bibliotecas jurídicas (92,30%) utilizam vocabulário controlado na indexação de seus documentos e apenas uma biblioteca (7,70%) não utiliza esse tipo de linguagem. Nesse sentido, Lancaster (2004, p. 19), destaca que o “vocabulário controlado é essencialmente uma lista de termos autorizados. Em geral, o indexador somente pode atribuir a um documento termos que contém na lista adotada pela instituição para a qual trabalha.” O autor destaca ainda que, no entanto, o vocabulário controlado é mais do que uma lista. Inclui uma forma de estrutura semântica, e essa estrutura destina-se a: controlar sinônimos,

diferenciar homógrafos e reunir ou ligar termos cujos significados apresentem uma relação mais estreita entre si (LANCASTER, 2004).

Em caso da resposta da quarta questão ser positiva, o respondente deveria descrever qual vocabulário utiliza. Todos os 12 respondentes que afirmaram utilizar vocabulário controlado descreveram qual linguagem é utilizada pela biblioteca, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Qual vocabulário controlado utiliza

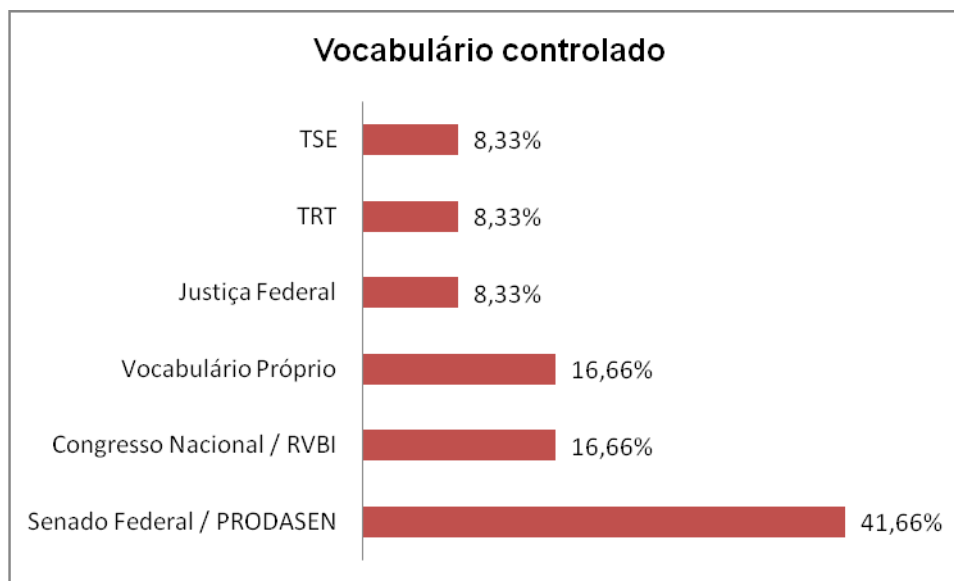
Participante	Vocabulário
Respondente 01	Do Conselho da Justiça Federal
Respondente 02	PRODASEN ¹
Respondente 03	RVBI ² (adotado e recomendado pela rede Pergamum)
Respondente 04	do Senado Federal ¹
Respondente 05	VCBR Senado Federal ¹
Respondente 06	PRODASEN ¹
Respondente 07	VCB da Biblioteca do Senado Federal ¹
Respondente 08	Tesouro do TSE
Respondente 09	Vocabulário controlado próprio
Respondente 10	Consultamos o Thes do TRT 4ª Região
Respondente 11	Vocabulário Controlado Básico - VCB da Rede Virtual de Bibliotecas Congresso Nacional ²
Respondente 12	Não utiliza
Respondente 13	Vocabulário da própria instituição

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Os itens relacionados no Quadro 1, foram agrupados e representados no Gráfico 3, para melhor compreensão do vocabulário utilizado pelas bibliotecas jurídicas de Florianópolis que fizeram parte da pesquisa. Gráfico 3 página seguinte.

¹ PRODASEN e Senado Federal, ²RVBI e Congresso Nacional são o mesmo vocabulário.

Gráfico 3 – Vocabulário controlado



Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Com a análise do Gráfico 3 verifica-se que cinco bibliotecas (41,66%), informaram que utilizam o vocabulário controlado do Senado Federal na indexação. Das bibliotecas respondentes duas (16,66%), afirmaram que utilizam o vocabulário do Congresso Nacional, e duas unidades de informação (16,66%), apontaram que utilizam vocabulário controlado da própria instituição. Os vocabulários controlados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e Justiça Federal foram apontadas por apenas uma bibliotecas (8,33%) cada um.

Na quinta questão o respondente deveria informar como os procedimentos de indexação são registrados na biblioteca. Das unidades de informação participantes da pesquisa, 11 responderam a esta questão, (os respondentes 10 e 12 não responderam). As respostas estão apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Como são registrados os procedimentos de indexação na biblioteca

Participante	Forma de registro
Respondente 01	Temos uma POP, Procedimento Operacional Padrão, que define procedimentos do processamento técnico, dentre eles a indexação.
Respondente 02	Cooperação catalográfica do PRODASEN
Respondente 03	Os procedimentos realizados são padrão na rede de bibliotecas do MPF e são encontrados on-line na rede Pergamum na página do MPF. Na biblioteca não existe manual ou procedimento impresso

Continua

Continuação do Quadro 2

Respondente 04	Através de Manuais
Respondente 05	Dentro da biblioteca Autoridades – Assunto, no sistema Pergamum
Respondente 06	Em banco de dados
Respondente 07	Primeiramente faz-se a leitura técnica do documento para identificar os termos livres que representam o item, para posteriormente fazer a tradução utilizando o vocabulário controlado com os termos ou autoridades permitidos. Com os termos definidos preenche-se no sistema os campos de assunto MARC
Respondente 08	A biblioteca não possui um documento para registro dos procedimentos adotado na indexação. Seguimos as normas determinadas pela Rede de bibliotecas da Justiça Eleitoral.
Respondente 09	Adotamos vocabulário próprio criado a partir do vocabulário utilizado por nossos usuários e sempre que for necessário acrescentar novo termo, é necessária a anuência das bibliotecárias das três agências do BRDE.
Respondente 11	A Biblioteca possui um “Manual de processamento técnico”, que utilizamos como referência para realizarmos a indexação.
Respondente 13	No manual de processamento técnico da instituição.

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Com a análise do Quadro 2 verifica-se que cinco respondentes (n.ºs. 01, 02, 03, 05 e 06) citam a utilização de Sistema para registro dos procedimentos de indexação. E, três respondentes (n.ºs. 04, 11 e 13) descreveram que os procedimentos e decisões relacionadas à indexação são registrados em manuais. Um dos respondentes (n.º. 07) descreveu de que forma é realizada a indexação na biblioteca jurídica. O respondente 08 descreveu utilizar normas da rede de bibliotecas. E apenas um respondente (n.º. 09) não especifica como são registrados procedimentos de indexação na unidade de informação.

No processo de indexação, os manuais tem a função de nortear os procedimentos e decisões a serem tomadas pelos profissionais que realizam a indexação na unidade de informação. Dessa forma, Fujita e Rubi (2006, p. 56) destacam que “os manuais de indexação dos sistemas de informação têm como finalidade uniformizar os procedimentos de indexação realizados pelos indexadores.”

Assim, nota-se que as bibliotecas jurídicas de Florianópolis que fizeram parte da pesquisa, em geral demonstram preocupação com o registro dos procedimentos de indexação. Isso mostra organização e padronização no processo, pois esse registro pode servir de base para futuras decisões a serem tomadas na indexação.

Na questão seis o respondente deveria fazer um comentário sobre a indexação nas bibliotecas jurídicas de Florianópolis. Das 13 unidades de informação que participaram da pesquisa, apenas quatro responderam esta questão, conforme Quadro 3 na página seguinte.

Quadro 3 – Comentário sobre indexação em bibliotecas jurídicas

Participante	Comentário sobre indexação
Respondente 02	Deveria haver esforços para cooperação das bibliotecas jurídicas de Santa Catarina.
Respondente 04	Deveria ser revista e atualizadas com uma periodicidade
Respondente 07	Considero como uma atividade de máxima importância realizada no processamento técnico, e que devido a grande subjetividade envolvida no processo, necessita-se do uso de vocabulário controlado específico da área em questão, para padronizar a representação temática e consequentemente otimizar a recuperação da informação. Outro ponto que merece destaque e que deve ser considerado com a automação de bibliotecas, refere-se a construção do vocabulário ou tesauro eletrônico que além de facilitar a consulta, é uma ferramenta que possibilita aumentar a eficiência do sistema operacional, desde sua alimentação até a recuperação da informação, seja corrigindo termos ou remetendo termos não autorizados aos permitidos. Acredito que a indexação é imprescindível para qualquer sistema que trabalhe com a recuperação da informação, e que no caso da informação jurídica, se faz necessário uma política de indexação com muita especificidade, uma vez que um mesmo termo pode ser tratado em diferentes matérias, e que também deve ser atualizada e avaliada constantemente
Respondente 09	Não, pois considero muito particular em se tratando de biblioteca especializada.

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Na análise do Quadro 3 percebe-se que a indexação nas bibliotecas, na visão dos respondentes, tem suas particularidades. Um dos respondentes comentou que deveria haver cooperação entre as bibliotecas jurídicas. Outro respondente comentou que a indexação deveria ser revista e atualizada com periodicidade, isso

demonstra sua preocupação com a atualização dos procedimentos realizados na indexação. Foi possível identificar com os comentários do respondente 07, a preocupação com o vocabulário controlado, e também com o próprio processo de indexação, o qual deve ser guiado por uma política de indexação específica, pois os documentos da área jurídica são especializados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, ao analisar os resultados da pesquisa e compará-los com os objetivos propostos, conclui-se que estes últimos foram atingidos, mesmo não obtendo todas as respostas das questões dos questionários enviados. Quanto à política de indexação, foi possível observar que ela é um guia e estabelece normas para os procedimentos relativos à indexação. A elaboração de uma política de indexação requer conhecimento da instituição para a qual será elaborada essa política, conhecimento do acervo, dos usuários e ser desenvolvida em conjunto com a equipe da unidade de informação.

Nota-se que nas políticas de indexação das bibliotecas jurídicas de Florianópolis, que fizeram parte da pesquisa, não apresentam todos os elementos recomendados. Dos elementos constantes na questão dois, que se refere a alguns dos elementos de uma política de indexação, apenas um constava na política de todas as bibliotecas jurídicas, que é o tipo de indexação (livre ou controlada). Isso demonstra a preocupação dessas bibliotecas com o tipo de indexação realizada.

Assim, constatou-se que a existência de uma política de indexação em bibliotecas jurídicas é um guia na tomada de decisões e na realização das atividades relacionadas aos procedimentos de indexação. Observou-se também que a maioria das bibliotecas jurídicas deste estudo estão preocupadas em desenvolver uma indexação que siga os padrões da área jurídica, formalizar esses procedimentos por meio da política de indexação, e também registrá-los para futura consulta.

Em relação aos princípios e procedimentos adotados na indexação, notou-se que em geral estão definidos nas unidades que fizeram parte da pesquisa. A maior parte das bibliotecas utiliza linguagem controlada, nível de indexação específica, três descritores ou mais e utilizam sistema na indexação de seus documentos. Com isso, percebe-se que as bibliotecas jurídicas seguem os mesmos princípios e critérios mesmo não utilizando uma política de indexação.

Quanto à utilização do vocabulário controlado em bibliotecas jurídicas, verifica-se resultados positivos, pois apenas um dos respondentes afirmou não utilizar vocabulário controlado. Com isso notou-se a preocupação com o vocabulário utilizado na indexação nestas unidades de informação, e também em manter um padrão para melhor recuperação dos documentos pelos usuários.

Há também a preocupação com o registro dos procedimentos adotados na indexação, verificou-se a relevância desse registro devido ao fato que quase todas as bibliotecas registram de alguma forma os procedimentos adotados na indexação. Esse registro pode ser utilizado no futuro para analisar os procedimentos e para tomar decisões com relação aos mesmos.

A partir do estudo efetuado nesta pesquisa foi possível verificar como é realizada a indexação nas bibliotecas jurídicas de Florianópolis participantes do GIDJ/SC, a utilização ou não de uma política de indexação, os princípios e procedimentos adotados na indexação e o vocabulário controlado utilizado.

Neste sentido, sugere-se que a política de indexação nas bibliotecas jurídicas seja parte integrante nos procedimentos de indexação. E, também que a mesma seja atualizada quando necessário, para assim aperfeiçoar os procedimentos de indexação e tornar a organização da informação mais completa, e a recuperação da informação mais precisa.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR12676**: Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992. 4 p.

ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica**: introdução a análise de indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. 266 p.

BAPTISTA, Sofia Galvão et al. O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica: relato de pesquisa. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, Brasília, v. 1, n. 2, p.151-174, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/RICI/article/view/809/2356>>. Acesso em: 01 abr. 2012.

BARBETA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 7. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo de avaliação sociocognitiva com protocolo verbal. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 23-51, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/search_result.php>. Acesso em: 01 abr. 2012.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. **Organização da informação ou organização do conhecimento**. In: ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 9., 2008, São Paulo. Anais ..., São Paulo: USP, 2008.

CAFÉ, Ligia Maria Arruda. **Organização da documentação e da informação**: classificação e indexação. Florianópolis: CIN/CED/UFSC, 2010. 48 p.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra. **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet Lemos/Livros, 2008.

DIAS, Eduardo Wense. Contexto digital e tratamento da informação.

DataGramZero: Revista da Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, out. 2001. Disponível em: <<http://www8.fgv.br/bibliodata/geral/docs/contextodigital.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2012.

FIGUEREDO, Nice Menezes de. **Textos avançados em referência e informação**. São Paulo: Polis, 1996.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O contexto profissional do indexador no ensino de indexação. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 15, n. 30, p.91-104, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/10789>>. Acesso em: 01 abr. 2012.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu_rci/article/view/287/167>. Acesso em: 20 nov. 2011.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 48-66, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a05.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2012.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 118-150, jan./jun. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 175 p.

GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariangela Spotti Lopes. **Política de indexação**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012.

GIL LEIVA, Isidoro; RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Consistência na indexação em bibliotecas universitárias brasileiras. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 233-253, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=20#Artigos>> Acesso em: 11 out. 2012.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994.

LANCASTER, F. Wilf. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LOUSADA, Mariana et al. Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p.191-202, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/index.php?dd60=0&dd61=indexa%E7%E3o>>. Acesso em: 01 abr. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 231 p.

NAVES, Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio. **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília (DF): Briquet de Lemos, 2006. 142 p.

NUNES, Cláudio Omar. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **Biblos**, Rio Grande, p. 55-61, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br:8080/jspui/bitstream/1/162/1/CL%C3%81UDIO%20OMAR%20NUNES.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2012.

SILVA, Andréia Gonçalves. **Fontes de informação jurídica: conceitos e técnicas de leitura para profissional da informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

SILVA, Andréia Gonçalves; ROLIM, Maria Lúcia de Borba. Organização das fontes de informação jurídica na perspectiva do GIDJ/SP. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 27-33, set. 2009. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/view/4/4>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

APÊNDICE A – Carta de apresentação

Prezado(a) Bibliotecário(a),

Sou acadêmica da oitava fase do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina, orientada pela Professora Graziela Martins de Medeiros. Estou desenvolvendo meu TCC - Trabalho de Conclusão de Curso sobre o tema "Indexação nas Bibliotecas Jurídicas de Florianópolis/SC". O objetivo é verificar como é realizada a indexação nas bibliotecas jurídicas de Florianópolis/SC. Solicito sua participação respondendo o questionário abaixo, o qual servirá de subsídio para a realização da pesquisa.

Os dados serão tratados de forma confidencial e fidedigna. Os resultados serão divulgados somente para os fins propostos nos objetivos da pesquisa.

Devolver o questionário pelo e-mail: elisete.herzer@grad.ufsc.br até 01/11/2012.

Qualquer dúvida: (48) 8463-8663.

Desde já agradeço a sua colaboração.

Atenciosamente,

Elisete Herzer Moreira
Acadêmica de Biblioteconomia/UFSC

Prof^a Graziela Martins de Medeiros
Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal de Santa Catarina

APÊNDICE B – Questionário

- 1) A biblioteca possui uma política de indexação?
 Sim. Vá para a questão 2
 Não. Vá para a questão 3
- 2) Assinale os elementos que constam na Política de Indexação da Biblioteca:
 Tipo de indexação (livre ou controlada).
 Linguagem de indexação adotada.
 Nível de indexação (geral ou específica).
 Quantidade de descritores.
 Ordenação dos descritores.
 Tipo de documentos existentes no acervo.
 Tipo de Usuário.
 Quantidade de indexadores.
 Avaliação da indexação.
 Outros. Especifique: _____

- 3) Assinale as afirmações que correspondem aos princípios e procedimentos de indexação adotados na biblioteca (assinale uma alternativa por letra)?
 a) linguagem livre linguagem controlada
 b) exaustividade especificidade
 c) termos no plural termos no singular os dois
 d) até cinco descritores acima de cinco descritores
 e) utiliza sistema não utiliza sistema
- 4) Utiliza vocabulário controlado na indexação?
 Sim (Qual?) _____
 Não
- 5) Como são registrados os procedimentos de indexação na sua Biblioteca?

- 6) Você gostaria de fazer algum comentário sobre a indexação em Bibliotecas jurídicas?

ANEXO A – Questionários respondidos

Respondente 01

- 1) A biblioteca possui uma política de indexação?
 Sim. Vá para a questão 2
 Não. Vá para a questão 3
- 2) Assinale os elementos que constam na Política de Indexação da Biblioteca:
 Tipo de indexação (livre ou controlada).
 Linguagem de indexação adotada.
 Nível de indexação (geral ou específica).
 Quantidade de descritores.
 Ordenação dos descritores.
 Tipo de documentos existentes no acervo.
 Tipo de Usuário.
 Quantidade de indexadores.
 Avaliação da indexação.
 Outros. Especifique: _____

- 3) Assinale as afirmações que correspondem aos princípios e procedimentos de indexação adotados na biblioteca (assinale uma alternativa por letra).
 a) linguagem livre linguagem controlada
 b) exaustividade especificidade
 c) termos no plural termos no singular os dois
 d) até três descritores acima de três descritores
 e) utiliza sistema não utiliza sistema
- 4) Utiliza vocabulário controlado na indexação?
 Sim Qual? do Conselho da Justiça Federal
 Não
- 5) Como são registrados os procedimentos de indexação na Biblioteca?
 Temos uma POP, Procedimento Operacional Padrão, que define procedimentos do processamento técnico, dentre eles a indexação
- 6) Você gostaria de fazer algum comentário sobre a indexação em Bibliotecas jurídicas?

Respondente 02

- 1) A biblioteca possui uma política de indexação?
 Sim. Vá para a questão 2
 Não. Vá para a questão 3
- 2) Assinale os elementos que constam na Política de Indexação da Biblioteca:
 Tipo de indexação (livre ou controlada).
 Linguagem de indexação adotada.
 Nível de indexação (geral ou específica).
 Quantidade de descritores.
 Ordenação dos descritores.
 Tipo de documentos existentes no acervo.
 Tipo de Usuário.
 Quantidade de indexadores.
 Avaliação da indexação.
 Outros. Especifique: _____

- 3) Assinale as afirmações que correspondem aos princípios e procedimentos de indexação adotados na biblioteca (assinale uma alternativa por letra).
a) linguagem livre linguagem controlada
b) exaustividade especificidade
c) termos no plural termos no singular os dois
d) até três descritores acima de três descritores
e) utiliza sistema não utiliza sistema
- 4) Utiliza vocabulário controlado na indexação?
 Sim. Qual? Prodasen
 Não
- 5) Como são registrados os procedimentos de indexação na Biblioteca?
Cooperação catalográfica do Prodasen
- 6) Você gostaria de fazer algum comentário sobre a indexação em Bibliotecas jurídicas?
Deveria haver esforços para cooperação das bibliotecas jurídicas de Santa Catarina.

Respondente 03

- 1) A biblioteca possui uma política de indexação?
 Sim. Vá para a questão 2
 Não. Vá para a questão 3
- 2) Assinale os elementos que constam na Política de Indexação da Biblioteca:
 Tipo de indexação (livre ou controlada).
 Linguagem de indexação adotada.
 Nível de indexação (geral ou específica).
 Quantidade de descritores.
 Ordenação dos descritores.
 Tipo de documentos existentes no acervo.
 Tipo de Usuário.
 Quantidade de indexadores.
 Avaliação da indexação.
 Outros. Especifique: _____

- 3) Assinale as afirmações que correspondem aos princípios e procedimentos de indexação adotados na biblioteca (assinale uma alternativa por letra).
 a) linguagem livre linguagem controlada
 b) exaustividade especificidade
 c) termos no plural termos no singular os dois
 d) até três descritores acima de três descritores
 e) utiliza sistema não utiliza sistema
- 4) Utiliza vocabulário controlado na indexação?
 Sim Qual? RVBI (adotado e recomendado pela rede Pergamum)
 Não
- 5) Como são registrados os procedimentos de indexação na Biblioteca?
 Os procedimentos realizados são padrão na rede de bibliotecas do MPF e são encontrados on-line na rede pergamum na página do MPF. Na biblioteca não existe manual ou procedimento impresso.
- 6) Você gostaria de fazer algum comentário sobre a indexação em Bibliotecas jurídicas?

Respondente 04

- 1) A biblioteca possui uma política de indexação?
 Sim. Vá para a questão 2
 Não. Vá para a questão 3
- 2) Assinale os elementos que constam na Política de Indexação da Biblioteca:
 Tipo de indexação (livre ou controlada).
 Linguagem de indexação adotada. (devido a desatualização do thesaurus)
 Nível de indexação (geral ou específica).
 Quantidade de descritores.
 Ordenação dos descritores.
 Tipo de documentos existentes no acervo.
 Tipo de Usuário.
 Quantidade de indexadores.
 Avaliação da indexação.
 Outros. Especifique: _____

- 3) Assinale as afirmações que correspondem aos princípios e procedimentos de indexação adotados na biblioteca (assinale uma alternativa por letra).
 a) linguagem livre linguagem controlada
 b) exaustividade especificidade
 c) termos no plural termos no singular os dois
 d) até três descritores acima de três descritores
 e) utiliza sistema não utiliza sistema
- 4) Utiliza vocabulário controlado na indexação?
 Sim Qual? do Senado Federal
 Não
- 5) Como são registrados os procedimentos de indexação na Biblioteca?
Através de Manuais
- 6) Você gostaria de fazer algum comentário sobre a indexação em Bibliotecas jurídicas?
Deveria ser revista e atualizadas com uma periodicidade.

Respondente 05

- 1) A biblioteca possui uma política de indexação?
 Sim. Vá para a questão 2
 Não. Vá para a questão 3
- 2) Assinale os elementos que constam na Política de Indexação da Biblioteca:
 Tipo de indexação (livre ou controlada).
 Linguagem de indexação adotada.
 Nível de indexação (geral ou específica).
 Quantidade de descritores.
 Ordenação dos descritores.
 Tipo de documentos existentes no acervo.
 Tipo de Usuário.
 Quantidade de indexadores.
 Avaliação da indexação.
 Outros. Especifique: _____

- 3) Assinale as afirmações que correspondem aos princípios e procedimentos de indexação adotados na biblioteca (assinale uma alternativa por letra).
 a) linguagem livre linguagem controlada
 b) exaustividade especificidade
 c) termos no plural termos no singular os dois
 d) até três descritores acima de três descritores
 e) utiliza sistema não utiliza sistema
- 4) Utiliza vocabulário controlado na indexação?
 Sim Qual? VCBR Senado Federal
 Não
- 5) Como são registrados os procedimentos de indexação na Biblioteca?
 Dentro da biblioteca Autoridades – Assunto, no sistema Pergamum
- 6) Você gostaria de fazer algum comentário sobre a indexação em Bibliotecas jurídicas?

Respondente 06

- 1) A biblioteca possui uma política de indexação?
 Sim. Vá para a questão 2
 Não. Vá para a questão 3
- 2) Assinale os elementos que constam na Política de Indexação da Biblioteca:
 Tipo de indexação (livre ou controlada).
 Linguagem de indexação adotada.
 Nível de indexação (geral ou específica).
 Quantidade de descritores.
 Ordenação dos descritores.
 Tipo de documentos existentes no acervo.
 Tipo de Usuário.
 Quantidade de indexadores.
 Avaliação da indexação.
 Outros. Especifique: _____

- 3) Assinale as afirmações que correspondem aos princípios e procedimentos de indexação adotados na biblioteca (assinale uma alternativa por letra).
 a) linguagem livre linguagem controlada
 b) exaustividade especificidade
 c) termos no plural termos no singular os dois
 d) até três descritores acima de três descritores
 e) utiliza sistema não utiliza sistema
- 4) Utiliza vocabulário controlado na indexação?
 Sim Qual? prodasen
 Não
- 5) Como são registrados os procedimentos de indexação na Biblioteca?
 Em banco de dados
- 6) Você gostaria de fazer algum comentário sobre a indexação em Bibliotecas jurídicas?
 Não.

Respondente 07

1) A biblioteca possui uma política de indexação?

Sim. Vá para a questão 2

Não. Vá para a questão 3

2) Assinale os elementos que constam na Política de Indexação da Biblioteca:

Tipo de indexação (livre ou controlada).

Linguagem de indexação adotada.

Nível de indexação (geral ou específica).

Quantidade de descritores.

Ordenação dos descritores.

Tipo de documentos existentes no acervo.

Tipo de Usuário.

Quantidade de indexadores.

Avaliação da indexação.

Outros. Especifique: _____

3) Assinale as afirmações que correspondem aos princípios e procedimentos de indexação adotados na biblioteca (assinale uma alternativa por letra).

a) linguagem livre linguagem controlada

b) exaustividade especificidade

c) termos no plural termos no singular os dois

d) até três descritores acima de três descritores

e) utiliza sistema não utiliza sistema

4) Utiliza vocabulário controlado na indexação?

Sim Qual? VCB da Biblioteca do Senado Federal

Não

5) Como são registrados os procedimentos de indexação na Biblioteca?

Primeiramente faz-se a leitura técnica do documento para identificar os termos livres que representam o item, para posteriormente fazer a tradução utilizando o vocabulário controlado com os termos ou autoridades permitidos. Com os termos definidos preenche-se no sistema os campos de assunto MARC

6) Você gostaria de fazer algum comentário sobre a indexação em Bibliotecas jurídicas?

Considero como uma atividade de máxima importância realizada no processamento técnico, e que devido a grande subjetividade envolvida no processo, necessita-se do uso de vocabulário controlado específico da área em questão, para padronizar a representação temática e conseqüentemente otimizar a recuperação da informação. Outro ponto que merece destaque e que deve ser considerado com a automação de bibliotecas, refere-se a construção do vocabulário ou tesouro eletrônico que além de facilitar a consulta, é uma ferramenta que possibilita aumentar a eficiência do sistema operacional, desde sua alimentação até a recuperação da informação, seja corrigindo termos ou remetendo termos não autorizados aos permitidos. Acredito que a indexação é imprescindível para qualquer sistema que trabalhe com a recuperação da informação, e que no caso da informação jurídica, se faz necessário uma política de indexação com muita especificidade, uma vez que um mesmo termo pode ser

tratado em diferentes matérias, e que também deve ser atualizada e avaliada constantemente

Respondente 08

1) A biblioteca possui uma política de indexação?

- () Sim. Vá para a questão 2
 (x) Não. Vá para a questão 3

2) Assinale os elementos que constam na Política de Indexação da Biblioteca:

- () Tipo de indexação (livre ou controlada).
 () Linguagem de indexação adotada.
 () Nível de indexação (geral ou específica).
 () Quantidade de descritores.
 () Ordenação dos descritores.
 () Tipo de documentos existentes no acervo.
 () Tipo de Usuário.
 () Quantidade de indexadores.
 () Avaliação da indexação.
 () Outros. Especifique: _____

3) Assinale as afirmações que correspondem aos princípios e procedimentos de indexação adotados na biblioteca (assinale uma alternativa por letra).

- a) () linguagem livre (x) linguagem controlada
 b) (x) exaustividade () especificidade
 c) () termos no plural () termos no singular (x) os dois
 d) () até três descritores (x) acima de três descritores
 e) (x) utiliza sistema () não utiliza sistema

4) Utiliza vocabulário controlado na indexação?

- (x) Sim Qual? Tesouro do TSE
 () Não

5) Como são registrados os procedimentos de indexação na Biblioteca?

A biblioteca não possui um documento para registro dos procedimentos adotados na indexação. Seguimos as normas determinadas pela Rede de bibliotecas da Justiça Eleitoral.

6) Você gostaria de fazer algum comentário sobre a indexação em Bibliotecas jurídicas?

Respondente 09

- 1) A biblioteca possui uma política de indexação?
 Sim. Vá para a questão 2
 Não. Vá para a questão 3
- 2) Assinale os elementos que constam na Política de Indexação da Biblioteca:
 Tipo de indexação (livre ou controlada).
 Linguagem de indexação adotada.
 Nível de indexação (geral ou específica).
 Quantidade de descritores.
 Ordenação dos descritores.
 Tipo de documentos existentes no acervo.
 Tipo de Usuário.
 Quantidade de indexadores.
 Avaliação da indexação.
 Outros. Especifique: _____

- 3) Assinale as afirmações que correspondem aos princípios e procedimentos de indexação adotados na biblioteca (assinale uma alternativa por letra).
 a) linguagem livre linguagem controlada
 b) exaustividade especificidade
 c) termos no plural termos no singular os dois
 d) até três descritores acima de três descritores
 e) utiliza sistema não utiliza sistema
- 4) Utiliza vocabulário controlado na indexação?
 Sim Qual? Vocabulário controlado próprio
 Não
- 5) Como são registrados os procedimentos de indexação na Biblioteca?
 Adotamos vocabulário próprio criado a partir do vocabulário utilizado por nossos usuários e sempre que for necessário acrescentar novo termo, é necessário a anuência das bibliotecárias das 3 agências do BRDE.
- 6) Você gostaria de fazer algum comentário sobre a indexação em Bibliotecas jurídicas?
 Não, pois considero muito particular em se tratando de biblioteca especializada..

Respondente 10

1) A biblioteca possui uma política de indexação?

- () Sim. Vá para a questão 2
 (x) Não. Vá para a questão 3

2) Assinale os elementos que constam na Política de Indexação da Biblioteca:

- () Tipo de indexação (livre ou controlada).
 () Linguagem de indexação adotada.
 () Nível de indexação (geral ou específica).
 () Quantidade de descritores.
 () Ordenação dos descritores.
 () Tipo de documentos existentes no acervo.
 () Tipo de Usuário.
 () Quantidade de indexadores.
 () Avaliação da indexação.
 () Outros. Especifique: _____

3) Assinale as afirmações que correspondem aos princípios e procedimentos de indexação adotados na biblioteca (assinale uma alternativa por letra).

- a) () linguagem livre (x) linguagem controlada
 b) () exaustividade (x) especificidade
 c) () termos no plural (x) termos no singular () os dois
 d) (x) até três descritores () acima de três descritores
 e) (x) utiliza sistema () não utiliza sistema

4) Utiliza vocabulário controlado na indexação?

- (x) Sim Qual? Consultamos o Thes do TRT 4ª Região
 () Não

5) Como são registrados os procedimentos de indexação na Biblioteca?

6) Você gostaria de fazer algum comentário sobre a indexação em Bibliotecas jurídicas?

Respondente 11

- 1) A biblioteca possui uma política de indexação?
(x) Sim. Vá para a questão 2
() Não. Vá para a questão 3
- 2) Assinale os elementos que constam na Política de Indexação da Biblioteca:
(x) Tipo de indexação (livre ou controlada).
(x) Linguagem de indexação adotada.
(x) Nível de indexação (geral ou específica).
() Quantidade de descritores.
(x) Ordenação dos descritores.
(x) Tipo de documentos existentes no acervo.
() Tipo de Usuário.
() Quantidade de indexadores.
() Avaliação da indexação.
() Outros. Especifique: _____

- 3) Assinale as afirmações que correspondem aos princípios e procedimentos de indexação adotados na biblioteca (assinale uma alternativa por letra).
a) () linguagem livre (x) linguagem controlada
b) () exaustividade (x) especificidade
c) () termos no plural () termos no singular (x) os dois
d) () até três descritores (x) acima de três descritores
e) () utiliza sistema (x) não utiliza sistema
- 4) Utiliza vocabulário controlado na indexação?
(x) Sim Qual? Vocabulário Controlado Básico - VCB da Rede Virtual de Bibliotecas Congresso Nacional
() Não
- 5) Como são registrados os procedimentos de indexação na Biblioteca?
A Biblioteca possui um “Manual de processamento técnico”, que utilizamos como referência para realizarmos a indexação.
- 6) Você gostaria de fazer algum comentário sobre a indexação em Bibliotecas jurídicas?

Respondente 12

- 1) A biblioteca possui uma política de indexação?
 Sim. Vá para a questão 2
 Não. Vá para a questão 3
- 2) Assinale os elementos que constam na Política de Indexação da Biblioteca:
 Tipo de indexação (livre ou controlada).
 Linguagem de indexação adotada.
 Nível de indexação (geral ou específica).
 Quantidade de descritores.
 Ordenação dos descritores.
 Tipo de documentos existentes no acervo.
 Tipo de Usuário.
 Quantidade de indexadores.
 Avaliação da indexação.
 Outros. Especifique: _____

- 3) Assinale as afirmações que correspondem aos princípios e procedimentos de indexação adotados na biblioteca (assinale uma alternativa por letra).
 a) linguagem livre linguagem controlada
 b) exaustividade especificidade
 c) termos no plural termos no singular os dois
 d) até três descritores acima de três descritores
 e) utiliza sistema não utiliza sistema
- 4) Utiliza vocabulário controlado na indexação?
 Sim Qual? _____
 Não
- 5) Como são registrados os procedimentos de indexação na Biblioteca?

- 6) Você gostaria de fazer algum comentário sobre a indexação em Bibliotecas jurídicas?

Respondente 13

- 1) A biblioteca possui uma política de indexação?
 Sim. Vá para a questão 2
 Não. Vá para a questão 3
- 2) Assinale os elementos que constam na Política de Indexação da Biblioteca:
 Tipo de indexação (livre ou controlada).
 Linguagem de indexação adotada.
 Nível de indexação (geral ou específica).
 Quantidade de descritores.
 Ordenação dos descritores.
 Tipo de documentos existentes no acervo.
 Tipo de Usuário.
 Quantidade de indexadores.
 Avaliação da indexação.
 Outros. Especifique: _____

- 3) Assinale as afirmações que correspondem aos princípios e procedimentos de indexação adotados na biblioteca (assinale uma alternativa por letra).
 a) linguagem livre linguagem controlada
 b) exaustividade especificidade
 c) termos no plural termos no singular os dois
 d) até três descritores acima de três descritores
 e) utiliza sistema não utiliza sistema
- 4) Utiliza vocabulário controlado na indexação?
 Sim Qual? Vocabulário da própria instituição
 Não
- 5) Como são registrados os procedimentos de indexação na Biblioteca?
 No manual de processamento técnico da instituição.
- 6) Você gostaria de fazer algum comentário sobre a indexação em Bibliotecas jurídicas?

